



Faculdade de Direito
Universidade de São Paulo



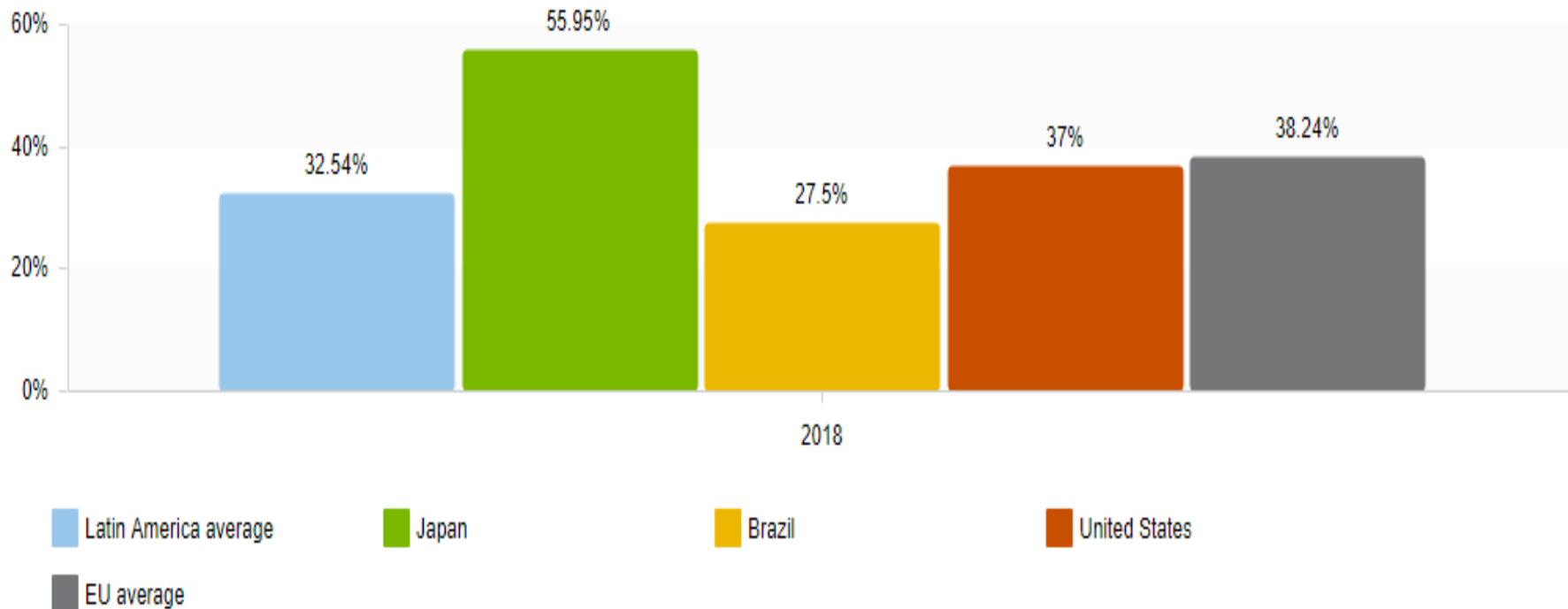
PROFESSOR ASSOCIADO PAULO AYRES BARRETO

Disciplina: TRIBUTOS FEDERAIS (DEF0533)

IMPOSTO SOBRE A RENDA DA PESSOA FÍSICA – IRPF.

TRIBUTAÇÃO DA RENDA DA PESSOA FÍSICA – CONTEXTO INTERNACIONAL

Individual tax rates for 2018

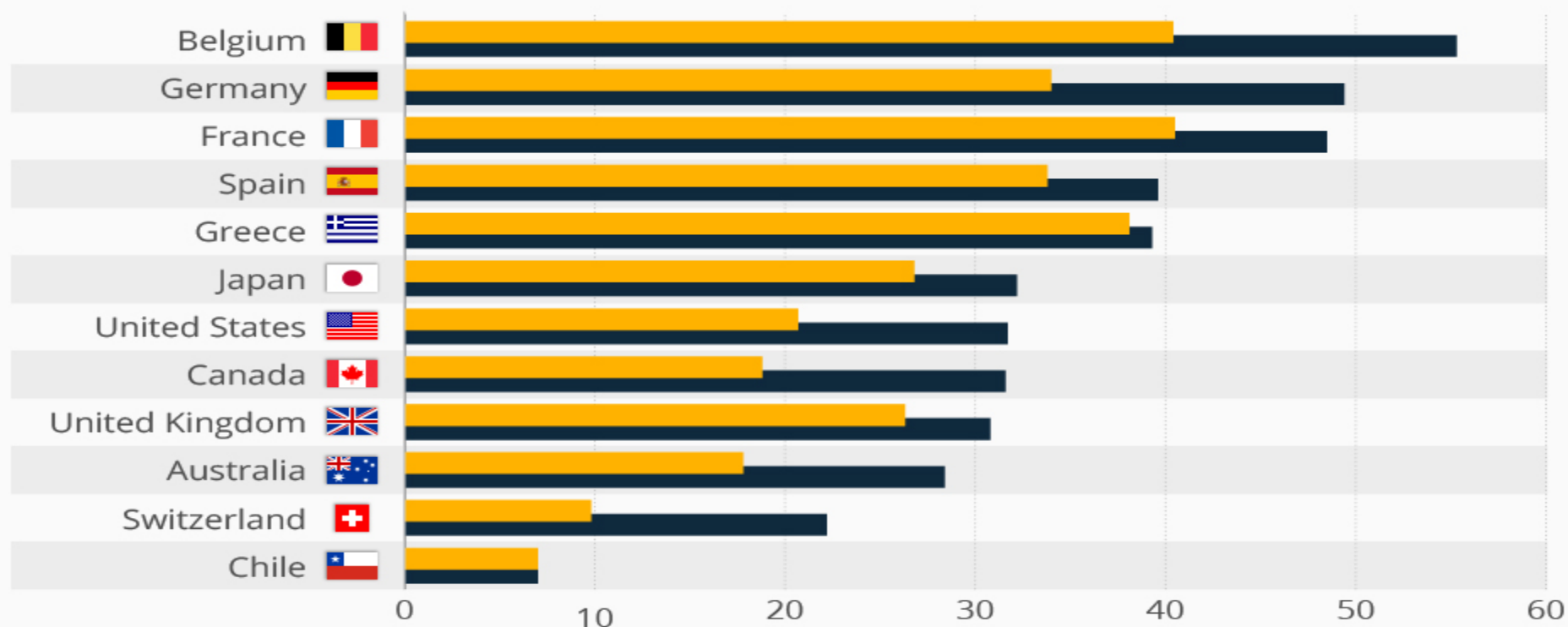


TRIBUTAÇÃO DA RENDA DA PESSOA FÍSICA – CONTEXTO INTERNACIONAL

Who Pays The Most Tax On Their Income?

% taxes on wages in selected OECD countries in 2015*

One earner (married with two children) Single earner with no children



*by family type, 100% of average earnings

Source: OECD



CRITÉRIO MATERIAL

Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como **fato gerador** a aquisição da **disponibilidade econômica ou jurídica**:

I - de **renda**, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II - de **proventos** de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

Renda é produto, fluxo em acréscimo patrimonial inconfundível com o patrimônio de onde promova, assim entendido o capital ou trabalho ou combinação de ambos.

Provento é forma específica de rendimento tributável, tecnicamente compreendida como o que é fruto não da realização imediata e simultânea de um patrimônio, mas, sim, do acréscimo patrimonial resultante de uma atividade que já cessou, e que ainda produz rendimentos, como os benefícios de origem previdenciária, pensões, aposentadorias.



MISABEL DERZI
Professora Titular UFMG
e FDMC

CRITÉRIO MATERIAL – RENDA X RENDIMENTO

A materialidade do IR pressupõe, necessariamente, que se cotejem não apenas os fatos (positivos) que contribuem para a ocorrência de acréscimos do valor do patrimônio, como também os fatos (negativos) que contribuem para o seu decréscimo.

Luiz César Queiroz:

“Temos vários casos previstos na legislação do imposto sobre a renda da pessoa física que revelam uma simples e exclusiva tributação de *rendimento*”:

- 1) Rendimentos correspondentes a **prêmios obtidos por meio de sorteio, concurso e loteria**, que estão sujeitos à incidência do imposto, exclusivamente na fonte, à alíquota de 20% (art. 733 do RIR);
- 2) **Juros pagos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio**, que estão sujeitos à incidência do imposto, exclusivamente na fonte, à alíquota de 15% (art. 726 do RIR);
- 3) Rendimentos produzidos por **aplicação financeira de renda fixa**, que estão sujeitos à incidência do imposto, exclusivamente na fonte, a alíquotas que variam de 22,5% a 15%, de acordo com o período aplicado (art. 1º da Lei nº 11.033/04);
- 4) Rendimentos oriundos de **título de capitalização**, que estão sujeitos à incidência do imposto, exclusivamente na fonte, a alíquotas que variam de 20% a 30%, de acordo com o período aplicado (art. 736 do RIR);
- 5) Rendimentos decorrentes de **empréstimos a pessoa jurídica**, que estão sujeitos à incidência do imposto, exclusivamente na fonte, a alíquotas que variam de 22,5% a 15%, de acordo com o seu prazo.

DISPONIBILIDADE ECONÔMICA OU JURÍDICA



ROQUE ANTONIO
CARRAZZA
Professor Titular PUC/SP

“De modo que – retomado o fio do raciocínio – o Código Tributário Nacional reforça o entendimento de que o IR só pode incidir sobre a **aquisição de disponibilidade de riqueza nova**, em dinheiro ou equivalente, advinda do capital, do trabalho ou da combinação de ambos. O mesmo diploma normativo sinaliza no sentido de que a **tributação da renda só pode dar-se quando esta já está ao alcance da mão do contribuinte.**”

Decisão – Pleno do STF – RE 172058 – DJ de 13/10/1995

IMPOSTO DE RENDA - RETENÇÃO NA FONTE - ACIONISTA. O artigo 35 da Lei nº 7.713/88 e inconstitucional, ao revelar como fato gerador do imposto de renda na modalidade "desconto na fonte", relativamente aos acionistas, a **simples apuração**, pela sociedade e na data do encerramento do período-base, do lucro líquido, já que o fenômeno **não implica qualquer das espécies de disponibilidade versadas no artigo 43 do Código Tributário Nacional**, isto diante da Lei nº 6.404/76.

CRITÉRIO ESPACIAL

PESSOA FÍSICA

Em decorrência do **princípio da universalidade**, instituído em relação às pessoas físicas **desde 1975**, com o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.380, de 23 de dezembro de 1974, entrarão no cômputo da base de cálculo das pessoas físicas os rendimentos recebidos no exterior, transferidos ou não para o Brasil, ainda que decorrentes de atividade desenvolvida ou de capital situado no exterior

- **Deduções do imposto pago no exterior** desde que:
 - a) haja acordo/convenção;
 - b) reciprocidade;
 - c) limite-se ao diferencial de imposto.

CRITÉRIO PESSOAL

- Antecedente deve revelar sinal exterior de riqueza pessoal.

01. Contribuinte

- a) único sujeito de direito que figura no pólo passivo da RJT
- b) responsável → sujeito de direito RJNT ou NPP (subrogação subjetiva)

02. Substituição:

Relação-jurídica triutária → entre Estado e contribuinte;

Relação Jurídica de cunho Administrativo → entre substituto e Estado

- Parecer Normativo nº 1/2002

ALÍQUOTAS DO IRPF

Legislação Anterior (Alíquotas de 15 a 27,5 %)

Remuneração – R\$	Alíquota Nominal	Alíquota Efetiva
• Até 1.313,65	0	0
• 1.800,00	15%	4,05%
• 2.500,00	15%	7,12%
• 4.000,00	27,5%	14,37%
• 10.000,00	27,5%	22,25%
• 30.000,00	27,5%	25,75%
• 100.000,00	27,5%	26,97%
• 1.000.000,00	27,5%	27,45%

ALÍQUOTAS DO IRPF

Legislação Atual (Alíquotas de 7,5%; 15%; 22,5% e 27,5 %)

Valor a ser considerado	Parcela a deduzir	Alíquota Nominal	Alíquota Efetiva
2.000,00	142,8	7,50%	0,36%
3.000,00	354,8	15%	3,17%
4.000,00	636,13	22,50%	6,60%
5.000,00	869,36	27,50%	10,11%
R\$ 10.000,00	869,36	27,50%	18,81%
R\$ 30.000,00	869,36	27,50%	24,60%
R\$ 100.000,00	869,36	27,50%	26,63%
R\$ 1.000.000,00	869,36	27,50%	27,41%

CORREÇÃO MONETÁRIA DAS TABELAS PROGRESSIVAS

STF - RE 388.312/MG – VOTO DO MIN. GILMAR MENDES

- 1) **Não** há necessidade de **simetria** entre processo inflacionário e correção monetária.
- 2) A intervenção na arrecadação do Imposto de Renda implicaria uma **intervenção direta em todo o sistema** tributário (motivação política).



GILMAR MENDES
Ministro STF



CÁRMEN LÚCIA
Ministra STF

STF - RE 388.312/MG – VOTO DO MIN. CÁRMEN LÚCIA

- 2) O Poder Judiciário não pode impor atualização monetária **sem que haja previsão legal** (respeito à separação dos Poderes).
- 3) Eventuais omissões deverão se sujeitar ao princípio da responsabilidade pública.

RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE - ALÍQUOTAS

STJ - Recurso Especial nº 852.333/RS – Voto do Min. Carlos Fernando Mathias

“Com efeito, aquele que recebe seus rendimentos mensais acumuladamente em virtude de decisão judicial, **não teve aumentada a sua capacidade contributiva**, portanto, não é razoável que venha a suportar maior ônus tributário. Assim, deve-se concluir que a incidência do Imposto de Renda ocorrerá no mês do efetivo pagamento/recebimento ou crédito, conforme determina o art. 12 da Lei 7.713/88, entretanto, para o cálculo do mencionado tributo **deverão ser consideradas as tabelas e alíquotas das épocas próprias a que se referem tais rendimentos**”

Situação atual do tema na jurisprudência

STJ – Tema pacificado no Recurso Especial representativo de controvérsia nº 1.118.429 - SP

STF – Foi reconhecida a repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal (Repercussão geral por QO em AgRg no RE 614.232). Pendente de julgamento.

BASE DE CÁLCULO – DEDUÇÕES

Quais os abatimentos possíveis de o contribuinte realizar no IRPF?

01. Somente aquelas autorizadas por lei

*“A renda líquida é formada pela totalidade das rendas e dos proventos de qualquer natureza recebidos pela pessoa física durante o período-base (...), exceto as isenções expressas na lei, **menos as deduções e os abatimentos que a lei expressamente autorizar**”*



RICARDO MARIZ DE
OLIVEIRA
Presidente IBDT



ROQUE ANTONIO
CARRAZZA
Professor Titular PUC/SP

02. As autorizadas por leis e as que vão ao encontro do mínimo vital

*“(...) existem abatimentos e deduções, que só podem ser efetuados quando permitidos pela legislação ordinária. É que esta, em última análise, **limita-se a enunciá-los de modo formal** e categórico (...). E isto para não falar dos **abatimentos e deduções que, justamente por virem ao encontro do mínimo vital** (v.g., os gastos com medicamentos), podem, a nosso ver, **ser realizados ainda que à míngua de lei autorizadora**.”*

DECLARAÇÃO DE AJUSTE

• INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 1871, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Art. 2º Está obrigada a apresentar a Declaração de Ajuste Anual referente ao exercício de 2019 a pessoa física residente no Brasil que, no ano-calendário de 2018:

I - recebeu rendimentos tributáveis, sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma foi superior a R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos);

II - recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

III - obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;

IV - relativamente à atividade rural:

a) obteve receita bruta em valor superior a R\$ 142.798,50 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos); ou

b) pretenda compensar, no ano-calendário de 2018 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2018;

V - teve, em 31 de dezembro, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

VI - passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e nessa condição encontrava-se em 31 de dezembro; ou

VII - optou pela isenção do Imposto sobre a Renda incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais cujo produto da venda seja aplicado na aquisição de imóveis residenciais localizados no País, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da celebração do contrato de venda, nos termos do art. 39 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

DECLARAÇÃO DE AJUSTE

- **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1871, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019**

§1º Fica dispensada de apresentar a Declaração de Ajuste Anual a pessoa física que se enquadrar:

I - apenas na hipótese prevista no inciso V do caput e que, na constância da sociedade conjugal ou da união estável, os bens comuns tenham sido declarados pelo outro cônjuge ou companheiro, desde que o valor total dos seus bens privativos não exceda R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); e

II - em pelo menos uma das hipóteses previstas nos incisos I a VII do caput, caso conste como dependente em Declaração de Ajuste Anual apresentada por outra pessoa física, na qual tenham sido informados seus rendimentos, bens e direitos, caso os possua.

§ 2º A pessoa física, ainda que desobrigada, pode apresentar a Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no § 3º.

§ 3º É vedado a um mesmo contribuinte constar simultaneamente em mais de uma Declaração de Ajuste Anual, seja como titular ou dependente, exceto nos casos de alteração na relação de dependência no ano-calendário de 2018.

DECLARAÇÃO DE AJUSTE

Principais mudanças no IR 2019

Como era	Como fica
Declaração de CPF de dependentes a partir de 8 anos	Declaração de CPF de dependentes de qualquer idade
Limite de abatimento da contribuição incidente sobre a remuneração do empregado doméstico era de R\$ 1.171,84	Limite de abatimento da contribuição patronal incidente sobre a remuneração do empregado doméstico é de R\$ 1.200,32

Fonte: G1 com base na Receita Federal

<https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/2019/noticia/2019/02/28/o-que-muda-veja-as-novidades-no-imposto-de-renda-2019.ghtml>

BASE DE CÁLCULO



Declaração de ajuste

		R\$/Mês	R\$/Ano
Dependentes	2019	189,59	2.275,08
(Art. 71 do RIR)			
Despesas com Educação	2019	296,79	3.561,50
(Art. 74)			
Despesas Médicas		sem limite	
(Art. 73)			
Pensão Alimentícia			
Proventos e Pensões	2019	R\$ 1.903,98	22.847,76
de Maiores de 65 anos			
abatimento de empregado doméstico	2019	91,14	1.093,77
Contribuição aos Fundos		Limitado a 12% dos Rendimentos	
de Aposentadoria		computados na determinação da base	
		de cálculo	

BASE DE CÁLCULO

- Autônomos e Livro Caixa
- Lucros e Dividendos
- Renda Variável
- Atividade Agrícola
- Alienação de Bens e Imóveis
- Doações

BASE DE CÁLCULO – REGIME CEDULAR

Deduções da Cédula C

Art. 47 – Na cédula C serão permitidas as seguintes deduções (Lei no. 4.506/64, art.18).

I – as contribuições para institutos e caixas de aposentadoria e pensões ou para outros fundos de beneficência;

II – a contribuição sindical e outras contribuições para o sindicato de representação da respectiva classe;

III – as contribuições para as associações científicas e as despesas com aquisição ou assinatura e livros, revistas e jornais necessários ao desempenho de função técnica;

IV – as despesas com aquisição de instrumentos, utensílios e materiais necessários ao desempenho de seus cargos, funções, trabalhos ou serviços, quando por conta do empregado;

BASE DE CÁLCULO – REGIME CEDULAR

V – os gastos pessoais de passagens, alimentação e alojamento, bem como os de transporte de volumes e aluguel de locais destinados a mostruários, nos casos de viagens e estada fora do local de residência:

- a) até o limite das importâncias recebidas para o custeio desses gastos, quando pagos pelo empregador, desde que suficientemente comprovados ou justificados;
- b) efetivamente comprovados, quando correrem pro conta do empregado, ressalvado o disposto na alínea seguinte;
- c) Independentemente de comprovação, até 30% (trinta por cento) do rendimento bruto, no caso de caixeiro-viajante, quando correrem por conta deste;

VI – as despesas pessoais de locomoção de servidores ou empregados que exerçam permanentemente as funções externas de vendedor, propagandista, cobrador, fiscal, inspetor e semelhantes, que exijam constante locomoção, até 5% (cinco por cento) do rendimento bruto, independentemente de comprovação, quando correrem por conta do empregado;

BASE DE CÁLCULO – REGIME CEDULAR

- VII – as diárias e ajudas de custo pagas por entidades privadas, quando destinadas à indenização de gastos de viagem e de instalação do contribuinte e de sua família em localidade diferente daquela em que residia;
- VIII – as despesas efetivamente realizada pelo contribuinte para aquisição de uniformes ou roupas especiais, exigidos pelo trabalho ou serviço, quando não sejam fornecidos pelo empregador e desde que não ultrapassem:
- a) A 20% (vinte por cento) dos respectivos rendimentos brutos, nos casos de cantores e artistas que represente em espetáculos públicos; ou
 - b) a 5% (cinco por cento) dos respectivos rendimentos brutos, nos demais casos;

BASE DE CÁLCULO – REGIME CEDULAR

- IX - as diferenças de caixa e as perdas efetivamente pagas por tesoureiros ou por outros empregados que manipulem valores, desde que não cobertas pro seguro ou por gratificação de quebra de caixa, excluídas as resultantes de ação dolosa do empregado;

- X – os encargos de juros e amortização dos empréstimos contraídos pelo assalariado para pagar sua educação, treinamento ou aperfeiçoamento;

- XI – as despesas com ação judicial necessária ao recebimento dos rendimentos, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização;

- XII – as importâncias pagas ou descontadas, como contribuição, a entidades de previdência privada fechadas que obedecem às exigências da Lei nº. 6.435, de 15 de julho de 1977 (Decreto-lei no. 1.642/78, art. 2.º)

BASE DE CÁLCULO - ABATIMENTOS

Encargos de Família

Art. 70 – Poderão ser abatidos da renda bruta os encargos de família, à razão de Cr\$ 33.000,00 (trinta e três mil cruzeiros) para o outro cônjuge e idêntica importância para cada filho menor de 21 (vinte e um) anos, ou inválido, filha solteira, viúva sem arrimo ou abandonada sem recursos pelo marido, descendente menor ou inválido, sem arrimo de seus pais (Lei nº. 3.470/58, art. 36, e Decreto-lei nº. 401/ 68, art. 6º).

Juros de Dívidas Pessoais

Art. 72 – Poderão ser abatidos da renda bruta, até o limite de Cr\$ 31.000,00 (trinta e um mil cruzeiros), os juros de dívidas pessoais, inclusive os pagos ao Sistema Financeiro de Habitação, excetuados os computados como deduções cedulares, os resultantes de empréstimos que se conceituem como distribuição disfarçada de lucros e os decorrentes de empréstimos contraídos para a manutenção ou desenvolvimento de propriedades de que tratam os artigos 54 e 57, sendo obrigatória a indicação do nome e residência do credor, do título da dívida e da importância paga (Decreto-lei nº. 1.494/76, art. 20, a, e § 3.º, Lei nº. 4.506/64, art. 72, e Decreto-lei nº. 1.494/76, art. 15).

BASE DE CÁLCULO

Prêmios de Seguros de Vida

Art. 73 – Poderão ser abatidos da renda bruta os prêmios de seguro de vida pagos a companhias nacionais ou às autorizadas a funcionar no País, até o limite máximo de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros), quando forem indicados o nome da seguradora e o número da apólice, não podendo ultrapassar, em cada caso, a 1/6 (um sexto) da renda bruta declarada, nem ser incluído o prêmio de seguro dotal a prêmio único (Lei nº 3.470/58, art. 36).

Prêmios de Seguros de Acidentes Pessoais

Art. 74 – Poderão ser abatidos da renda bruta os prêmios de seguros de acidentes pessoais e os destinados à cobertura de despesas de hospitalização e cuidados médicos e dentários, relativos ao contribuinte, seu cônjuge e dependentes, sob as mesmas condições previstas no artigo 73 (Lei nº 4.506/64, art. 9º e § 3.º)

BASE DE CÁLCULO

Perdas Extraordinárias

Art. 75 – Poderão ser abatidas da renda bruta as perdas extraordinárias, quando decorrerem exclusivamente de casos fortuitos ou de força maior, como incêndio, tempestades, naufrágio ou acidentes da mesma ordem desde que não compensadas por seguro ou indenização (Decreto-lei nº. 5.844/43, art. 20, c.).

BASE DE CÁLCULO

Contribuições e Doações

Art. 76 – Poderão ser abatidas da renda bruta as contribuições e doações feitas a instituições filantrópicas, de educação, de pesquisas científicas ou de cultura, inclusive artísticas, quando a instituição beneficiada preencher, pelo menos, os seguintes requisitos (Lei nº. 3.830/60, arts. 1º e 2º):

- I – estar legalmente constituída no Brasil e funcionando em forma regular, com a exata observância dos estatutos aprovados;
- II – haver sido reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União, dos Estados ou do Distrito Federal;
- III – publicar, semestralmente, a demonstração da receita obtida e da despesa realizada no período anterior;
- IV – não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

SEMINÁRIO

Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas – IRPF.

A legislação determina a dedução da base de cálculo do IRPF de algumas despesas, dentre as quais “despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico” (art. 8º, II, “b” da Lei nº, com redação determinada pela Lei nº 11.482, de 2007). A referida dedução é limitada, em relação ao ano calendário de 2014, a R\$ 3.375,83, por contribuinte (Lei nº 12.469, de 2011).

Em face desse cenário, o Conselho Federal da OAB ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.927, em que afirma, no tocante à referida legislação: i) a sua insuficiência objetiva, por não contemplar inúmeras atividades essenciais à formação e ao aprimoramento intelectual e profissional do cidadão, como, entre outras, a aquisição de material didático, as aulas particulares e os cursos de idiomas, de artes e pré-vestibulares; ii) a sua insuficiência quantitativa, por estabelecer – em relação às despesas autorizadas – limite de dedução claramente irrealista.

Diante do exposto, pergunta-se:

- a) Pode-se predicar a existência de um “mínimo existencial” intangível à tributação pelo IRPF, a partir da exegese da ordem constitucional?
- b) Em face dos arts. 6º, 205 e seguintes, da Constituição Federal, pode-se afirmar que gastos elevados com educação privada estejam albergados por esse “mínimo existencial”? Até que limite?

OBRIGADO A TODOS!